

Paper do NAEA Volume 28

Corpo e ambiente no mundo da vida das ilhas de Mocajuba (PA): uma etnografia sensorial sobre o campesinato amazônico

Vitória Mendes Alves¹



RESUMO

O artigo reúne as primeiras reflexões de uma pesquisa em andamento sobre o mundo da vida cotidiana nas ilhas de Mocajuba, Baixo Tocantins paraense. Apresentamos uma breve descrição da formação socioeconômica da região, além de uma discussão sobre campesinato agroextrativista, por meio do conceito de trajetórias tecnológicas. Conectamos tais categorias analíticas com as vivências em campo por meio da etnografia sensorial, com o objetivo de narrar e interpretar os usos do corpo e suas relações com o ambiente neste contexto. O texto etnográfico, assim como os diálogos interdisciplinares, busca construir uma narrativa sobre o mundo rural amazônico a partir da experiência social. Compreendemos, a partir da discussão sobre corpo, que nestes espaços não há uma separação entre produção e reprodução, natureza e cultura. Este emaranhamento explica, em partes, a virtuosidade dos indicadores ambientais, sociais e econômicos do agroextrativismo camponês. O trabalho foi originalmente apresentado no I Seminário Socialidades, Intersubjetividades e Sensibilidades Amazônicas.

Palavras-chave: Campesinato. Etnografia sensorial. Corpo. Mundo da vida. Mocajuba.

¹ D Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/ NAEA/UFPA). Jornalista graduada pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará. E-mail: vimendesalv@gmail.com.

ABSTRACT

This paper reunites the firsts reflections of a work in progress about the lifeworld in the islands of Mocajuba, Pará. We present a brief description of the socioeconomic formation of the region and a discussion about agroextrativism, through the concept of technological trajectories. We connect these analytical categories with the experiences in field work through sensory ethnography, with the purpose of narrating and interpreting the uses of the body and its relations with the environment. The ethnographic text, just like interdisciplinaries dialogues, seeks to construct a narrative about the amazonian rural world from the social experience. We understand, from the discussion about body, that in these spaces there is no separation between production and reproduction, nature and culture. This entanglement explains, in parts, the virtuosity of the environmental, social and economic indicators of these populations. The research was originally presented in the I Seminary Socialidades, Intersubjetividades e Sensibilidades Amazônicas.

Keywords: Peasantry. Sensory ethnography. Body. Lifeworld. Mocajuba.

.

INTRODUÇÃO

O Gostaria de iniciar esta discussão descrevendo um episódio tragicômico ocorrido durante a pesquisa de campo, o meu momento Geertz-na-briga-de-galo. Um breve contexto: estou na localidade de São Joaquim, que pertence ao município de Mocajuba, às margens do rio Tocantins, no Pará. Estamos falando de um campesinato amazônico agroextrativista, histórico e meu objetivo nesta primeira viagem de campo é iniciar um estudo de inspiração fenomenológica a respeito do mundo da vida cotidiana², sem saber muito bem em quais aspectos deste cotidiano focar.

Acompanhada de uma mulher adulta e seu filho criança no barco que chamamos de rabetá, isto é, uma pequena canoa motorizada, vamos percorrendo um caminho de uma típica paisagem de várzea da região: muitos pássaros sobrevoando acima de nós, na terra úmida da várzea açazeiros, buritizeiros, ningueiros e outras árvores compõem a paisagem visual, homens pescando, crianças brincando na água. Encostamos o casco na frente de uma casa onde faria uma entrevista, uma residência de madeira a qual temos acesso por meio de uma escada fincada na terra alagada pelo rio.

Eu não sabia que a pior estratégia para sair do casco e subir na escada seria segurar com as duas mãos na escada e colocar um pé no degrau enquanto deixo o outro no barco. Descobri que o pé que fica na superfície instável do barco, em movimento pela maresia provocada pelo motor, simplesmente o afasta do local onde encostamos. Como? Com uma perna na fixidez da escada e a outra sendo esticada conforme o barco se afastava, caí na água com todos os pertences que uma jovem pesquisadora carrega para fazer seu trabalho.

Esta história se espalhou entre todos os que mantive contato em São Joaquim, foi um momento sublime para os habitantes da localidade, que caçoaram de mim repetidas vezes por causa da queda. Encontrei consolo nas palavras de Geertz (2008) em sua famosa etnografia sobre as brigas de galo balinesas: “Em Bali, ser caçoado é ser aceito”. Acompanhado da esposa durante a pesquisa de campo, o casal de antropólogos era constantemente ignorado pela comunidade onde estavam instalados, vistos com desconfiança e frieza. Até que uma briga de galo interrompida por policiais armados obrigou todo o público a fugir e se esconder, atitude que o casal também tomou instintivamente, como fez a multidão. Após terem demonstrado este senso de identificação com o problema que as pessoas da ilha viveram com os policiais, houve um ponto de virada em suas relações com a comunidade, pois essa fuga foi como uma demonstração de que apesar de serem diferentes eles também agiram como os balineses em um momento de dificuldade, foram solidários. E uma das comprovações de que eles haviam sido aceitos a partir desse momento de fuga era o fato de serem

2 Schutz (1970) o define como: “o mundo intersubjetivo que existia muito antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores, como um mundo organizado. Ele agora se dá à nossa experiência e interpretação. Toda interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais, na forma de “conhecimento à mão” funcionam como um código de referência” (1970, p. 72). Este mundo do cotidiano, segundo o autor, é partilhado, intersubjetivo, comum às pessoas, que se debruçam sobre ele com um interesse eminentemente prático. É, ao mesmo tempo, a cena e objeto de nossas ações, havendo entre os seres e o mundo da vida cotidiana uma relação de construção mútua e complementar. “Mundo, nesse sentido, é algo que temos de modificar, através de nossas ações, ou que modifica nossas ações” (p. 73).

caçados pelas pessoas, que passaram a recontar o episódio da fuga, imitando o modo como correram e rindo do casal.

Mas esta não é uma discussão sobre situações humilhantes em que nos colocamos durante trabalhos de campo. É uma etnografia ainda em andamento sobre as relações que as pessoas desta região estabelecem entre seus corpos e o ambiente em que vivem. A queda foi um ponto importante para estabelecer este tema porque, percebendo meu desequilíbrio e falta de estratégia para executar uma atividade do mundo da vida cotidiana deste lugar ficou evidente que boa parte das outras práticas deste cotidiano envolvem técnicas corporais próprias dos habitantes do espaço de várzea. Dito de outro modo, caí porque não possuía o mesmo repertório de técnicas do corpo que as pessoas com quem realizo a pesquisa: equilíbrio, percepção dos movimentos do rio, saber onde apoiar as mãos, entre outras.

Para começar a escavar os sentidos possíveis para a compreensão da relação que existe entre corpo e o ambiente, aproximo-me da etnografia sensorial. Trata-se de uma metodologia crítica que não pertence exclusivamente a nenhum campo e possui caráter interdisciplinar, ainda que tenha emergido da antropologia social e cultural, da geografia humana e sociologia. A metodologia coloca o pesquisador em um papel de interpretação e coprodução dos dados junto às pessoas com quem realiza a pesquisa e dá um foco especial a questões como percepção, lugar, conhecimento, memória e imaginação. Segundo Pink (2009, p. 7)

Doing sensory ethnography entails taking a series of conceptual and practical steps that allow the researcher to rethink both established and new participatory and collaborative ethnographic research techniques in terms of sensory perception, categories, meanings and values, ways of knowing and practices. It involves the researcher self-consciously and reflexively attending to the senses throughout the research process, that is during the planning, reviewing, fieldwork, analysis and representational processes of a project.

Conforme o exposto, esta atenção aos sentidos, que percorre todos os processos- do campo à análise- requer do pesquisador uma atitude autorreflexiva e autoconsciente. Isto é, se o interesse da pesquisa é observar quais as atribuições e usos dos sentidos no mundo da vida, ou em outras palavras, dos corpos, é preciso que o próprio pesquisador esteja atento às suas experiências sensoriais e modos de aprendizado durante a vivência em campo. Não há, portanto, um protocolo fechado ou série de instruções delimitadas sobre como fazer isso na prática, cabe aos etnógrafos descobrir procedimentos que os auxiliem na procura por respostas à pergunta de pesquisa.

No caso deste trabalho, a frase “posso fazer também?” abriu algumas portas para o meu engajamento nas práticas rotineiras. Na tentativa de viver e compartilhar experiências sensoriais, o pedido de permissão para participar das atividades me levou a remar no rio, apanhar cacau, pescar camarão, arriscar alguns passos de dança em festas, preparar peixes para o cozimento, serrar madeira para carpintaria, assistir missas, peneirar arroz, entre outras práticas. Participar e observar, ou melhor, participar enquanto se observa foi o que conduziu a alguns entendimentos sobre o que constitui a relação entre corpo e ambiente nas localidades estudadas. O método “posso fazer também?” esteve aliado a entrevistas gravadas em áudio, registros fotográficos e audiovisuais e às anotações no caderno de campo. Embora as entrevistas não tenham seguido um roteiro restrito, as perguntas “como você aprendeu a fazer?” e “como se faz?” foram direcionadas a todos os interlocutores.

Para Pink (2009), existem diferentes métodos na etnografia sensorial que nos levam ao mundo das pessoas; eles nos conduzem às experiências dos outros através de caminhos diferentes. Por isso a prática da etnografia sensorial permite, também, analisar os dados coproduzidos em campo por meio de outros formatos além do texto escrito, como conteúdos audiovisuais ou até mesmo artísticos. E o processo de coprodução de dados em campo pode, também, incluir práticas como gravar um vídeo, cozinhar uma receita, escrever uma música ou qualquer outra técnica que envolva pesquisadores e sujeitos de pesquisa em uma atividade em que se possa refletir sobre percepção sensorial, sentidos atribuídos ao cotidiano, modos de aprendizados e práticas.

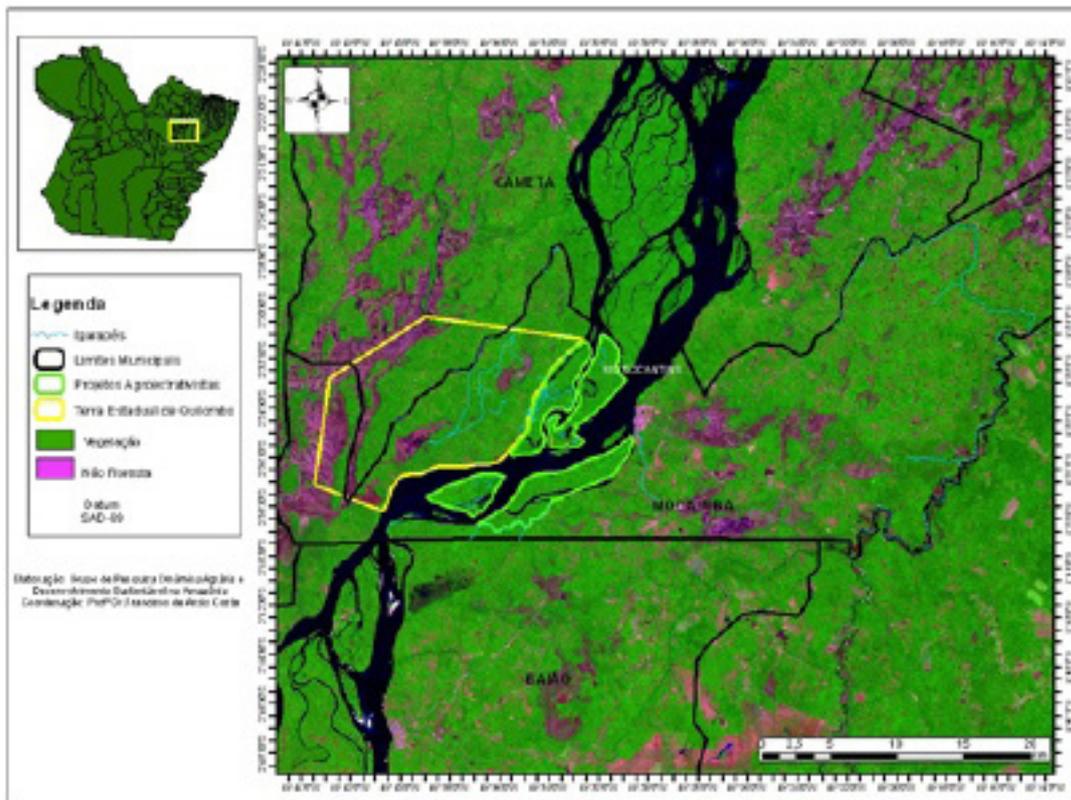
Por meio destes procedimentos e posturas, foi possível perceber que a relação entre corpo e ambiente é constituída por um emaranhamento, termo apresentado por Ingold (2015) para se referir ao entrelaçamento no qual seres humanos e não humanos crescem, se desenvolvem ao longo de suas trajetórias de vida e habitam o mundo, “costurando seus próprios caminhos” (p. 121). Este emaranhamento é percebido em vários exemplos do cotidiano, um deles é a pesca de camarão, experiência que tive a oportunidade de participar. É por meio destes corpos, cujas vidas se costumam ao ambiente, que os modos de aprendizado se constituem e perpetuam as atividades do mundo da vida camponês.

Soma-se a este referencial, de um lado, a leitura de Schutz (1970) e Ingold (2015), um diálogo que lança luz a respeito destes temas citados. Por outro lado, a precisão descritiva sobre a história do Baixo Tocantins de Ângelo-Menezes (1999) e Bastos et. al (2010), além do volume de dados sobre o modo de produzir camponês presentes em trabalhos como o de Karen Nogueira (2015) e Francisco Costa (2012, 2016) oferecem substância para a necessidade destas aproximações entre fenomenologia, antropologia e economia política. Isto porque acredito que as investigações científicas sobre o campesinato amazônico têm a possibilidade de debruçar-se sobre as experiências cotidianas a fim de não perpetuar narrativas sobre a Amazônia que reforçam práticas violentas aos saberes dos que aqui habitam. Sendo assim, não estamos buscando a verdade que vai responder definitivamente a uma hipótese de pesquisa, mas construímos aos poucos uma interpretação possível a partir da interação com os humanos e não humanos que compõem o complexo universo analisado. São interpretações de uma investigação em curso escritas com limitações, parcialidades e a incapacidade de apreender e reproduzir na totalidade o que significam tudo o que se viveu durante os processos participativos de produção de dados, mas não menos legítimas.

SITUANDO O LOCAL DA PESQUISA: CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOECONÔMICO DO BAIXO TOCANTINS

Mocajuba possui uma região insular que é ordenada territorialmente de duas formas distintas. São quatro Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE): Ilha Grande de Conceição de Mocajuba, Ilha Grande de Vizeu, Ilha de Angapijó e Ilha de Tauré. Existe, também, um território quilombola, o 2º TEQ Distrito de Porto Grande. Estas porções territoriais são limítrofes aos municípios Cametá e Baião. A Ilha Grande da Conceição, especificamente, é o local onde mais estive até o momento, e nela habitam cerca de 280 famílias em 3 comunidades: São Joaquim, Santana e Costa de Santana.

Imagem 1: Mapa e detalhes da legenda



Fonte: Nogueira (2015)

A região do baixo Tocantins paraense é composta por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Com exceção de Tailândia, cuja totalidade do território está localizada em terra firme, todos os municípios compartilham o fato de que suas dinâmicas socioeconômicas estão atreladas aos fluxos dos rios.

As margens do rio Tocantins, segundo Bastos et al. (2010), foram umas das primeiras regiões a passar pelo processo de ocupação na Amazônia, sendo Cametá a segunda cidade mais antiga do Pará, colonizada em 1633. Dessa forma, a região é bastante antropizada e possui diversidades internas no que diz respeito aos modos de desenvolvimento: há uma ocupação mais tradicional, ribeirinha, baseada na pesca, agricultura familiar e extrativismo vegetal e outra que os autores chamam de imigrantes, englobando as atividades agropecuárias e madeireiras, estreitamente relacionadas à construção de rodovias como a PA-150 (construída nos anos 70), que conecta Moju ao sudeste do Pará e a PA-151, mais recente, “fomentando a integração rio-estrada” (p. 5).

Tais processos se materializam, hoje, em padrões de desenvolvimento diversificados. Barcarena abriga um distrito industrial e é responsável por mais de 50% do produto interno bruto da região, o que não significa que o PIB seja bem distribuído no município. Por outro lado, o boom da economia do açaí nas áreas de várzeas da região têm sido crescente desde os anos 1990, “tanto no segmento “extrativo” quanto aquele da produção cultivada, a “lavoura permanente”, segundo a classificação usual do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)” como analisa Silva (2017).

Quanto aos padrões de uso e ocupação do solo, Bastos et al. (2010), com base nos dados do censo de 2009 do IBGE, apontam a pecuária como área dominante, correspondendo a 70% da área ocupada. As culturas permanentes corresponderiam a 15% deste total, sendo representada pelo cultivo de dendê, coco, cacau e pimenta do reino. Os outros 15% seriam ocupados pelas culturas temporárias, sendo a mandioca o produto mais expressivo.

O cacau é um fruto particularmente importante na compreensão das dinâmicas socioeconômicas do baixo Tocantins, pois seu cultivo foi muito expressivo durante o período colonial. Segundo Ângelo-Menezes (1999), as instituições coloniais e as forças da economia mercantil geraram uma reconfiguração do sistema agrário da região (1999, p. 239):

Enquanto no Brasil a produção era voltada para a cana-de-açúcar, pecuária e mineração, no Estado do Grão-Pará e Maranhão fomentou-se a produção do espaço apoiado no mercantilismo das drogas do sertão, como cacau, canela, salsaparrilha, cravo, anil, baunilha, copaíba, breu, andiroba e casca preciosa (...). Os sistemas agroextrativistas tinham o cacau como principal componente dos produtos da floresta.

Acrescentando, Bastos et al. (2010) analisam que, além do cacau, posteriormente a cana-de-açúcar também passa a ter um cultivo expressivo nestas áreas, organizadas em um sistema de plantation. Para os autores, as principais questões que envolvem a formação socioeconômica do vale têm a ver com (2010, p.7):

as formas de ocupação das terras e permanência de sistemas de uso comum; à organização das grandes unidades econômicas e a formação de elite regional; as transformações da economia no século XIX e primeira metade do século XX, abrindo espaço para novos sistemas agrários e, por último as dinâmicas de conflito e reivindicações territoriais de grupos sociais.

Entre estes temas, salientamos o modo como a presença indígena e os povos de origens africanas estabeleceram modos de produzir e ocupar a terra que se transformaram e ao mesmo se perpetuaram com o tempo, sendo ressignificados até os dias atuais. Ângelo-Menezes (1999) delimita algumas diferenças entre os modos de produzir e viver dos povos indígenas que habitavam a região antes e durante o período colonial, expondo que o sistema agrário antes da chegada dos colonizadores era regido pelo extrativismo vegetal, no qual eram extraídas frutas como cupuaçu, bacuri, açaí, abacaxi, banana da terra, além da caça e da pesca e o plantio de mandioca. “O equilíbrio ambiental era o reflexo de uma organização social materializada em práticas agrícolas, orientadas para o trabalho coletivo” (p. 241), o que foi substancialmente alterado com a chegada das missões jesuítas, que implantaram técnicas como o uso de machados de ferros e o sistema da coivara (consiste na queimada sobre o mato cortado, não seco, que impede o alastramento do fogo).

A autora classifica pelo menos dois momentos históricos importantes, a fase já citada das missões dos jesuítas e o Diretório. O projeto missionário tinha como base de dominação a religião e a formação de unidades autônomas e lucrativas, as aldeias. “Para assentar as bases dessas unidades, os missionários absorveram e reformularam vários elementos da cultura indígena, principalmente aqueles que tornariam eficiente esse sistema social” (p. 244).

O período do Diretório, da segunda metade do século XVIII, de acordo com Castro e Campos (2015) é marcado por uma redefinição das estratégias econômicas e políticas da colônia, na qual a gestão de Sebastião José de Carvalho e Melo- o Marquês de Pombal, toma medidas como: “a redefinição da organização produtiva, a racionalização do trabalho, a redução do poder político dos religiosos, notadamente dos jesuítas (...) a intensificação da navegação e do tráfico de escravos (...)” (p. 23). O balanço de Ângelo-Menezes sobre o período no vale do Tocantins é que o modelo proposto seguia a organização em aldeias, mas a produção de alimentos e a intensificação do extrativismo enfrentaram limites com a mudança do tipo de dominação exercida sobre os povos indígenas, o que retraiu a economia e atrofiou a produção (1999,p. 244):

A paisagem foi modificada e, no Vale do Tocantins, a implantação do sítio seguiu um modelo bastante freqüente, delineando os contornos dos estabelecimentos rurais estabelecidos pelos colonos, destacando-se os cultivos do café, ao lado do cacau e do anil, primeiros representantes dos sistemas agroextrativos do novo sistema agrário do vale do Tocantins.

Aos povos indígenas submetidos tanto ao sistema de aldeamento e catequização das missões religiosas quanto ao Diretório, soma-se outro componente importante à formação histórica do vale do Tocantins: os povos negros escravizados. Bastos et al. (2010) informam que no século XVIII, apenas na cidade de Cametá, haviam 1382 pessoas negras escravizadas, número que chega a triplicar no século XIX: em 1848, viviam em Cametá 4030 escravizados, número maior que o de Belém, 3244. A força de trabalho destas pessoas esteve concentrada nos plantios de cacau e nos engenhos de cana-de-açúcar, cujos produtos (aguardente, açúcar, rapadura) circulavam no mercado interno.

As fugas e resistências aos processos de dominação culminam na formação de muitos quilombos na região. “Escravidão e resistência, trabalho forçado e mocambo, formam binômios de um campo de luta tenso e sangrento, antíteses reatualizadas pelas experiências prolongadas de grupos negros e indígenas que cunharam a historiografia regional” (BASTOS et. al, p. 10).

É dentro deste contexto histórico que Mocajuba se insere. Localizada a 4 horas de distância (cerca de 185km) de Belém, sua formação socioeconômica possui semelhanças e particularidades em relação às outras localidades próximas. De acordo com Pereira (2008), a história oficial que se conta sobre Mocajuba é a origem no povoado de Maxi, elevado à categoria de freguesia em 1853, à margem direita do Tocantins, em um lugar denominado Tauaré. Em 1854, a sede desta freguesia foi transferida para o sítio Mocajuba, doado pelo comerciante local João Machado da Silva (2008, p. 77).

A história conhecida de Mocajuba reafirma o mito da origem (que definiria uma identidade ao lugar) e representa uma interpretação determinada por fatos ou acontecimentos políticos e econômicos cronologicamente encadeados, realçando o papel decisivo de certos atores históricos, “de um punhado de bravos heróis”, que geralmente elaboram a narrativa histórica.

O autor identifica pelo menos três grupos sociais que fazem parte da formação do município: as comunidades ribeirinhas caboclas, localizadas nas várzeas entre Mocajuba e Cametá, heterogêneas e com a presença de religiosos e comerciantes; os remanescentes de negros escravizados, que formaram mocambos e quilombos nas áreas de terra firme em locais de acesso mais difícil, sendo o atual bairro do Arraial um destes lugares com grande presença de comunidades negras e os povos indígenas, de etnias não especificadas, mas cuja influência cultural é notável até mesmo no nome da cidade, de origem indígena.

Durante a primeira década do século XX, as áreas mais densamente ocupadas são as que se aproximam do rio, período em que também se consolida uma oligarquia local articulada à capital, além dos pequenos e médios comerciantes e os religiosos católicos. A partir da década de 1970, as dinâmicas mudaram, com três fenômenos importantes: a construção da barragem da Hidrelétrica de Tucuruí no médio Tocantins, a construção da rodovia PA-151 e a introdução do cultivo de pimenta-do-reino. De acordo com Pereira (2008, p.82)

A pimenta-do-reino possibilitou mesmo uma significativa concentração de capital por uma pequena parcela da população local e rendimentos até então inimagináveis ao município, que antes de promover a ampliação e qualificação dos serviços e infra-estruturas de ordem pública, atendendo ao crescimento e diversificação da demanda do município, preferia usar serviços da capital do estado pelas possibilidades facilitadas que tinham de locomoção até Belém

Ainda que interligada a outros municípios pela rodovia e com a navegação alterada após a barragem, Mocajuba tem no Tocantins um elemento indispensável para o imaginário social, a ordenação do espaço, o desenvolvimento das atividades produtivas: “a partir do rio é que a cidade cresce, recuando a mata, serpenteando a margem, pulando os igarapés e retornando ao rio por suas ruas e pontes” (Pereira, p. 83).

Atualmente, o município tem uma população estimada de 30.736 habitantes, cuja religião predominante é o catolicismo e a santa padroeira é Nossa Senhora da Conceição, além de uma comunidade evangélica expressiva. A taxa de escolarização é de 96,5% na faixa etária de 6 a 14 anos, a de mortalidade infantil de 17,4 para 1000 nascidos, e a de esgotamento sanitário adequado de apenas 30,3% (IBGE, 2019). Cerca de 31,8% (NOGUEIRA, 2015) da população mocajubense vive na área rural, um espaço predominantemente camponês.

CAMPESINATO AGROEXTRATIVISTA MOCAJUBENSE

Segundo Costa (2012), o campesinato não separa as esferas produtivas e reprodutivas, tomando decisões a partir de uma lógica que visa a reprodução, isto é, a continuidade e permanência de seus modos de vida e não a maximização dos lucros. Dentro do contexto amazônico, o modo de viver e produzir do sujeito camponês forma um paradigma tecnológico, que não é o único, já que existe também um patronal. Tais paradigmas produzem estruturas em movimento, configurando trajetórias tecnológicas. “Uma trajetória tecnológica, nesta perspectiva, é um padrão usual de atividades que resolvem, com base em princípios estabelecidos por um paradigma tecnológico, os problemas produtivos e reprodutivos” (COSTA, p. 528) que orientam os processos de tomadas de decisão destas pessoas.

O autor critica uma postura tecnocrática, que permeia ambientes institucionais (políticos, científicos, ONGs internacionais, entre outros) e produzem narrativas binárias e excludentes sobre o mundo rural amazônico, polarizando o que seriam agentes racionais e irracionais. Sua discussão pretende lançar formas de compreender a diversidade do rural amazônico (2012, p. 436):

Para essa visão tecnocrática, que a um só tempo homogeneiza e cinde o mundo, os números que relatam a dinâmica rural na Amazônia são medidas ou da força de processos a serem necessariamente contidos, posto que resultados de irracionalidades; ou do poder de processos a serem liberados em toda sua potência, posto que grafados pela racionalidade inerente e única dos sujeitos e, por isso, igualmente submetidos ao julgamento dos mecanismos infalíveis dos mercados-juizes últimos da equanimidade formal que promete a modernidade.

Opondo-se a isso, em um sistema de análise e classificação baseado em dados provenientes dos Censos Agropecuários do IBGE de 1995 e 2006, estabeleceu que existem pelo menos três trajetórias camponesas (T1, T2 e T3) e quatro patronais (T4, T5, T6 e T7). A respeito das camponesas, Costa e Fernandes (2016, p. 529) afirmam que:

Essas trajetórias, e suas variantes, do mesmo modo que suas concorrentes agropecuárias, dispõem de bases de conhecimento e institucionalidade próprias, predominantemente tácitas e consuetudinárias, profundamente incorporadas na cultura da Região. Tais acervos se constituem de protocolos de acesso (normas) e de uso (técnicas) da natureza originária, no quadro de processos produtivos em que biomas e ecossistemas se reproduzem como capacidade operante (capital natural), co-determinando o resultado do trabalho.

Resumidamente, a T1 converge para a agropecuária intensiva, a T2 para o agroextrativismo e a T3 para a pecuária. Entre as patronais, a T4 converge para a pecuária de corte, a T5 para as culturas permanentes, a T6 para a silvicultura e a T7, que foi acrescentada na análise após o censo de 2006, para o cultivo de grãos, principalmente a soja. O modo de lidar com a natureza é um dos principais fatores que diferenciam estas trajetórias, pois a produção camponesa, em geral, opera em níveis pouco predatórios do ponto de vista de indicadores ambientais, ao contrário do paradigma patronal, orientado “por conjuntos de soluções selecionadas pela eficiência demonstrada no controle da natureza para que corresponda às necessidades industriais e capitalistas” (COSTA; FERNANDES, p. 529), no qual a natureza é um obstáculo à consolidação de suas atividades. A tendência a homogeneizar e não manter a diversidade natural é visível nas monoculturas, ao contrário da diversidade observada no campesinato agroextrativista.

Entre as camponesas, uma trajetória que considero fundamental para este estudo é a T2, de orientação agroextrativista, cuja relação com a natureza pressupõe “a manutenção dos princípios sistêmicos da natureza originária” (COSTA; FERNANDES, p. 529). Nesta tabela,

alguns dados sobre seus atributos mostram a participação destes camponeses na distribuição de terras, nos valores de suas produções e na poluição ambiental.

Imagem 2. Atributos da T2

Atributos da trajetória tecnológica agroextrativista(T2) segundo os censos de 1995 e 2006		
Dados organizados por Costa e Fernandes (2016)		
ATRIBUTOS	1995	2006
Estabelecimentos	130.593 Absoluto: 443.568	156.728 Absoluto: 444.622
Tamanho Médio	23 Ha Absoluto: 125,74 Ha	44 Ha Absoluto: 124,9 Ha
Pecuária Leite	8% Absoluto: R\$ 1.065.253.669	9% Absoluto: R\$ 743.238.727
Pecuária Corte	2% Absoluto: R\$ 2.226.086.923	6% Absoluto: R\$ 4.076.300.969
Extrativismo não Madeireiro	60% Absoluto: R\$ 541.474.843	90% Absoluto: R\$ 384.691.137
Extrativismo Madeireiro	23% Absoluto: R\$ 463.107.998	82% Absoluto: R\$ 75.829.061
Silvicultura	1% Absoluto: R\$ 181.697.909	37% Absoluto: R\$ 203.867.639
Culturas Permanentes	22% Absoluto: R\$ 1.170.953.776	42% Absoluto: R\$ 1.530.305.785
Culturas Temporárias	23% Absoluto: R\$ 2.789.760.283	15% Absoluto: R\$ 5.620.863.616
Valor da Produção	18% Absoluto: R\$ 9.402.064.824	27% Absoluto: R\$ 12.900.522.256
Pessoal Ocupado	26% Absoluto: 1.922.702 TbbEq	33% Absoluto: 1.226.466 M/A
Total de Terras	5% Absoluto: 55.774.533 Ha	12% Absoluto: 55.535.777 Ha
Densidade de CO ₂	0,08 Absoluto: 0,60	0,04 Absoluto: 0,34
Terras Degradadas	4% Absoluto: 2.203.670 Ha	7,7% Absoluto: 2.295.372 Ha

Elaboração: Vitória Alves, Israel Araujo.

Distribuída territorialmente no Pará em grande parte no Baixo Tocantins, Nordeste Paraense, Marajó e Região Metropolitana de Belém, estão entre os produtos destes camponeses o açaí, farinha de mandioca, cacau, andiroba, entre outros provenientes tanto de atividades extrativas quanto da agricultura e da pesca.

Distribuída territorialmente no Pará em grande parte no Baixo Tocantins, Nordeste Paraense, Marajó e Região Metropolitana de Belém, estão entre os produtos destes camponeses o açaí, farinha de mandioca, cacau, andiroba, entre outros provenientes tanto de atividades extrativas quanto da agricultura e da pesca.

Percebe-se, a partir destes dados, que o extrativismo não madeireiro é uma atividade significativa e que cresce ao longo do tempo; o número de hectares ocupados por cada estabelecimento agroextrativista é pequeno se comparado aos patronais (COSTA; FERNANDES, 2016) da pecuária de corte (2.247 há em 2006) e da monocultura da soja (2.337 há em 2006). A emissão de CO₂ diminuiu entre os períodos analisados, embora o número de terras degradadas tenha aumentado.

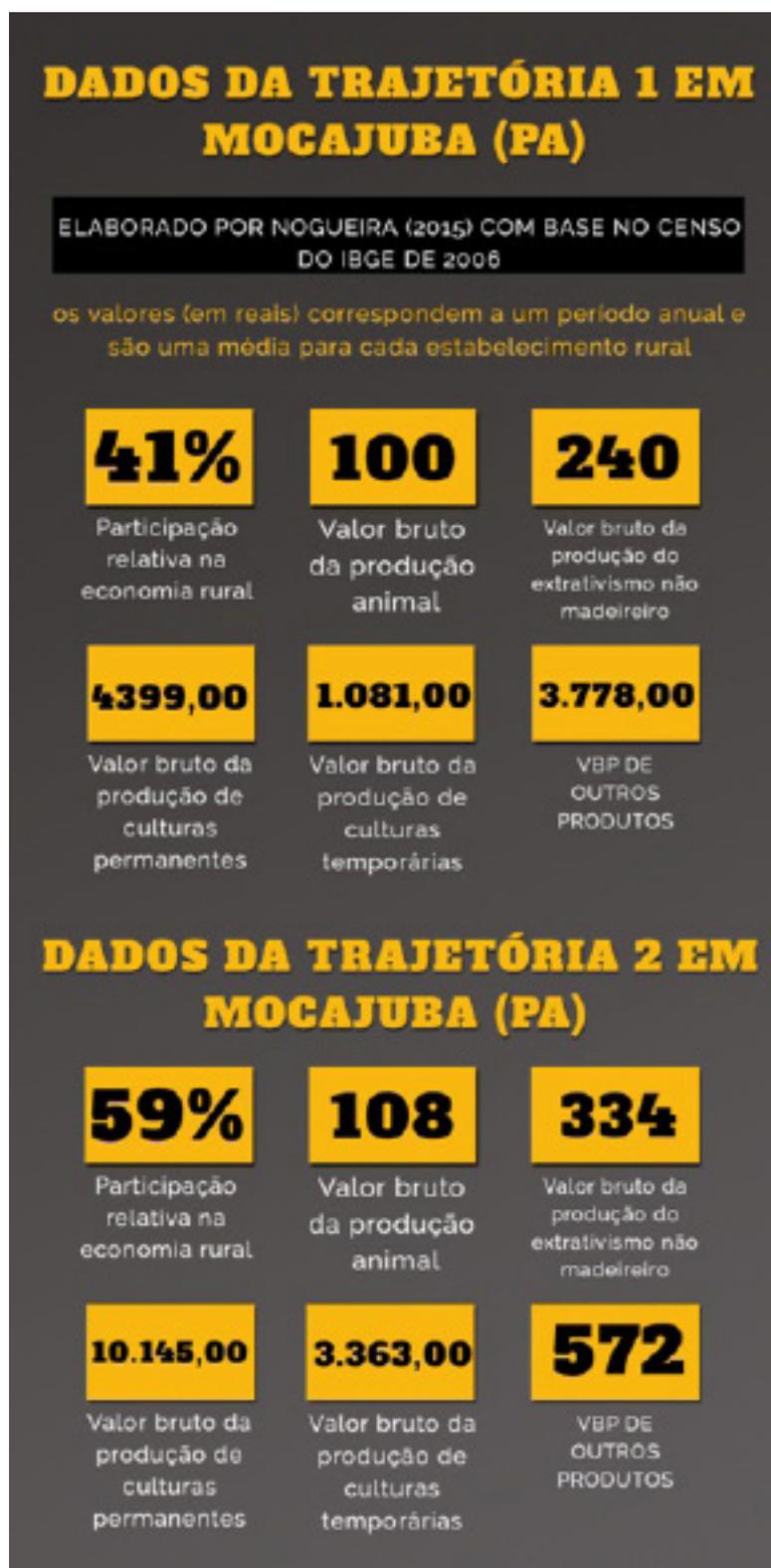
A proposta de Costa (2012) é de que, a partir da observação do conjunto das trajetórias, seus atributos, pesos e ritmos, considerando fatores como o desmatamento, a diversidade produtiva e os processos de manejo, construção e reconstrução empreendidos pelas pessoas que a constituem, é preciso fortalecer as trajetórias camponesas, elevando em todas elas a produtividade do trabalho, se estivermos propondo um modelo de desenvolvimento com esperanças de sustentabilidade.

A partir do que foi exposto a respeito das categorias analíticas e dinâmicas de campesinato e trajetória tecnológica agroextrativista, alguns dados sobre a presença destas pessoas no território rural mocajubense são necessários para demonstrar a expressividade desses modos de viver no local da pesquisa. O trabalho de Nogueira (2015) apontou que a T1 e a T2 representam, juntas, 54 % do número de estabelecimentos rurais. O infográfico a seguir reúne algumas informações extraídas do estudo referido.

A participação relativa na economia rural é de 59% da T2 e 41% da T1, isto é, o campesinato histórico e que não trata a natureza como um obstáculo à consolidação dos modos de vida, também apresenta índices econômicos que corroboram com a ideia de que suas atividades produtivas têm sido virtuosas. No entanto, para a autora, estas formas produtivas, por se desenvolverem “nas franjas do crescimento econômico capitalista” (NOGUEIRA, p. 27) sofrem de uma invisibilidade social, que pode ser explicada em parte pela falta de conhecimento das instituições políticas a respeito de seus modos de vida, história, os papéis sociais e as diversidades de soluções encontradas para a garantia da eficiência reprodutiva.

No estudo, demonstra-se que as relações territoriais nesta região extrapolam os limites físicos propostos pelas institucionalizações presentes e que as pessoas vivem no lugar de modos complexos, que não podem ser captados e devidamente descritos sob óticas como a da propriedade. A autora expõe que estes territórios estão sempre mudando, “continuamente em movimento a partir dos seus processos de produção. Bem ao contrário da visão vigente de que se trata de territórios anacrônicos/arcaicos no processo de modernização da região amazônica” (p. 53). A compreensão deste campesinato por meio da aproximação ao mundo da vida é um movimento de retirar das interpretações científicas lógicas que reforcem estas visões vigentes.

Imagem 3: T1 e T2 em Mocajuba.



Elaboração: Vitória Alves, Israel Araujo.

CORPO E AMBIENTE EMARANHADOS

Até agora, constatou-se por meio dos dados que a T2 mocajubense possui um repertório de técnicas, modos de produzir e de viver que tem origens no processo histórico de ocupação do baixo Tocantins. Atividades ligadas à agricultura, ao extrativismo, à pesca e à pecuária caracterizam o repertório de modos de continuidade da vida destes camponeses. Também observamos que a proporção entre hectares de terras utilizados, emissão de gases poluentes, renda e outros fatores apontam para uma virtuosidade na relação construída, vivida e renovada entre humanos e natureza. A nossa compreensão é de que uma das possíveis explicações para estas relações distintas dos modos capitalistas patronais no mundo rural está nos usos do corpo, corpos que estão profundamente atrelados ao ambiente.

Discute-se nesta seção: o que caracteriza a relação entre corpo e ambiente estabelecida pelo campesinato agroextrativista? De que forma isso é evidenciado no mundo da vida cotidiana? De modo geral, a relação é caracterizada por um emaranhamento (INGOLD, 2015), isto é, uma teia de nós tão bem costurada a ponto de tornar borradas as fronteiras entre natureza e cultura, produção e reprodução, corpo e ambiente. Para Ingold, a vida social humana não se separa do resto da natureza, mas é parte constituinte de tudo que ocorre no mundo orgânico e é cíclica, no sentido de que ao mesmo tempo em que humanos transformam o que não é humano, os seres não humanos também proporcionam o crescimento e desenvolvimento das vidas humanas.

Isto será demonstrado em alguns exemplos etnográficos, o principal deles é a experiência de acompanhar um adulto e uma criança pescando camarão, possível após a pergunta “posso fazer também?”. Outros exemplos são decorrentes da pergunta “como você aprendeu a fazer isso?”, a qual evidenciou que os modos de aprendizagem, que garantem que as técnicas do cotidiano camponês sejam perpetuadas, também são corporais.

Em um estudo sobre a ilha do Maracujá, em Belém, Ribeiro (2011) observa como estes moradores estão constantemente realizando travessias da ilha até Belém, constatou: “Entre o fluxo e a fronteira, e mesmo entre a fixidez e o fluxo está o corpo” (p. 122). Guardando as especificidades das ilhas pesquisadas, um traço comum que gostaria de estender a esta análise é expresso neste trecho (Ribeiro, 2011, p. 124-125):

À margem insular predomina um chão de várzea onde a água penetra com facilidade, sendo constantemente alagado. À margem continental, apesar de não ser um chão de várzea, mas por algumas razões físicas e de proximidade ao rio, predomina o terreno alagadiço, o que justifica a presença em ambas as margens das armações de madeira para facilitar o trajeto, um tanto gastas pelo tempo. Uma instabilidade talvez ainda maior parece estar presente no espaço entre margens: nas embarcações sobre o rio, portanto, em todos esses espaços por mim descritos e praticados pelos moradores, nota-se que há uma precariedade no chão por onde pisam que resulta em posturas de equilíbrio diferenciado.

O equilíbrio corporal é uma habilidade que pode ser vista durante as travessias de barco, onde é evidenciado um contraste entre quem vive diariamente nestes fluxos e quem não está habituado a se locomover deste modo (2011, p. 128).

Entre as formas posturais e de busca de segurança destacam-se, por exemplo: apoiar-se nas bordas do barco; manter-se de pé em equilíbrio diferenciado – mantendo firmeza no apoio dos pés sobre o assoalho do barco -, podendo executar uma tarefa (jogar a rede, remar, caminhar, trocar de roupa, entre outras atividades possíveis); permanecer deitado; segurar-se com firmeza nos apoios;

manter-se sentado (segurando o banco ou não), podendo, ainda, estar comendo, se maquiando ou lendo (...)

Para a autora, esta relação entre fixidez e fluxos, este lugar entre várzea e cidade, faz com que corpos ribeirinhos estejam em solidariedade com o ambiente de pertencimento, trazendo este pertencimento inscrito nos próprios corpos. De modo semelhante, também acreditamos que todas as habilidades corporais ensinadas e aprendidas ao longo das trajetórias de vida dos camponeses mocajubenses demonstram que suas vivências são indissociáveis do ambiente natural, o qual também é constantemente transformado por tais vivências. Separar estas duas categorias, desconsiderando que esta relação é holística e tratando a natureza como uma mera fonte de recursos, constitui uma percepção incompleta sobre o que significa a vida em contextos rurais na Amazônia. Incluir o corpo nestas categorias dualistas também é uma forma incompleta de abordá-lo analiticamente.

O corpo, no pensamento filosófico ocidental, tem sido o que Elisabeth Grosz (2000) denomina como um ponto cego conceitual. Há, segundo a autora, um padrão recorrente de dicotomizar os aspectos que compõem a vida humana: corpo e mente, razão e paixão, psicologia e biologia, etc. É uma separação que não é neutra, mas hierarquiza os pares, subordinando um termo a outro.

A oposição mente/corpo, especificamente, colocou o segundo em uma posição de inferioridade e negação ao primeiro: “o corpo é o que a mente deve expulsar para manter sua “integridade”. É implicitamente definido como desregrado, disruptivo, necessitando de direção e julgamento” (GROSZ, 2000, p.48). Para a autora, a filosofia ocidental sempre se preocupou com ideias, razão, julgamento e outros assuntos que estariam enquadrados no campo da “mente”, marginalizando o outro polo. Esta relação também esteve associada a outros pares, que de alguma forma sustentam a dicotomia: razão e paixão, sensatez e sensibilidade, realidade e aparência, psicologia e fisiologia, forma e matéria, entre outras.

É de se notar que os pares de oposição contemplam uma visão de mundo dualista que não é universal, ao contrário, é situado num contexto de sociedades ocidentais modernas. Viveiros de Castro (1987) explorou um pouco o contraste deste modo de pensar com o dos indígenas Yalawapiti do alto Xingu descrevendo como o corpo para esta sociedade xinguana é concebido como algo que está em constante processo de fabricação e modelação pela cultura. As mudanças corporais, realizadas constantemente por meio de substâncias como os fluidos, alimentos, óleos e tinturas vegetais são a causa e o instrumento de transformação identitária entre os Yalawapiti, ocorrendo que “transformações do corpo e da posição social são uma e a mesma coisa” (p. 40), não sendo possível falar em uma separação de processos sociais e fisiológicos, ou outras dicotomias presentes no pensamento moderno (VIVEIROS DE CASTRO, 1987, p. 41).

a persona xinguana não parece ser facilmente redutível a um dualismo-mesmo dialético- de tipo Jê (subsumido na matriz Natureza/Cultura; ver Melatti 1976, Da Matta 1976), e muito menos ao *homo duplex* da metafísica durkheimiana. O social não se deposita sobre o corpo Yalawapiti como sobre um suporte inerte: ele cria esse corpo.

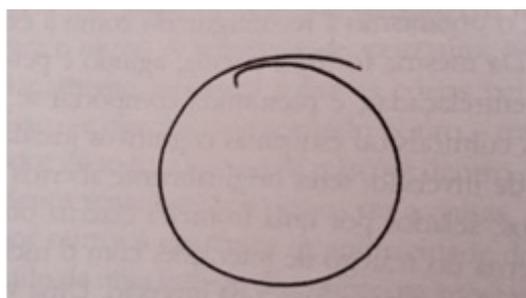
Uma consequência possível do modo moderno de incluir o corpo nesta visão de mundo dualista é debatida por pensadoras feministas e decoloniais, como María Martínez (2007). Introduzindo a ideia de colonialidade, explica que o projeto de colonização europeu deixou rastros no modo de viver latino-americano que não necessariamente são vistos, mas sentidos, como um conjunto de poderes, hierarquias e dispositivos de dominação, onde a questão racial é uma base sob a qual tais hierarquias se assentam (2007, p. 156).

Bajo esta dinámica, nuevos cuerpos son imaginados em el contexto de la colonización: blanco, índio, negro, mestizo. Aquí lo blanco europeo, lo racional, lo científico, lo masculino, son hegemonicos.

Neste cenário de colonialismo, o corpo ganha importância por sua dimensão política: é a partir do corpo que são decididos o valor de humanidade ou desumanidade conferidos aos seres colonizados. Para Martínez (2007), na América Latina, desde o fim do século XIX, a proposta frente aos processos embrionários de modernização e industrialização foi intervir nos corpos tanto “para garantir el “capital simbólico de la blancura” en las elites criollas, como para producir cuerpos aptos para el trabajo en las fábricas o en los campos” (p. 157). Como exemplo, cita o caso colombiano da *Misión Pedagógica*, que introduziu nas escolas colombianas a prática esportiva como uma forma de disciplinar corpos.

Criticando os dualismos e apresentando uma outra forma de analisar o corpo, Ingold (2015) propõe que o ser tem uma constituição relacional e ao descrevê-la recorre a quatro desenhos esquemáticos para estabelecer uma linha de raciocínio a respeito de como os seres se relacionam com o meio ambiente. Começando do básico, o primeiro desenho demonstra uma representação comum do que seria um organismo vivo:

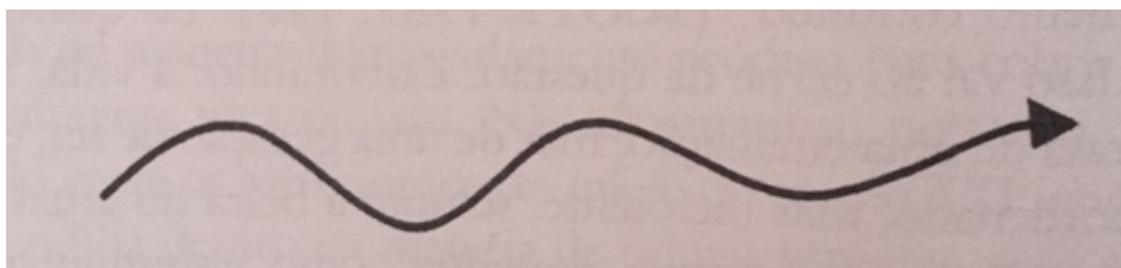
Imagem 4: Organismo



Fonte: Ingold, 2015.

Esta representação é insatisfatória para o autor porque dobrar o organismo a ponto de fechá-lo destaca um perímetro, uma definição muito concreta entre o que está fora e o que está dentro. Sendo assim, opta por desenhar um organismo como uma linha:

Imagem 5: Organismo 2

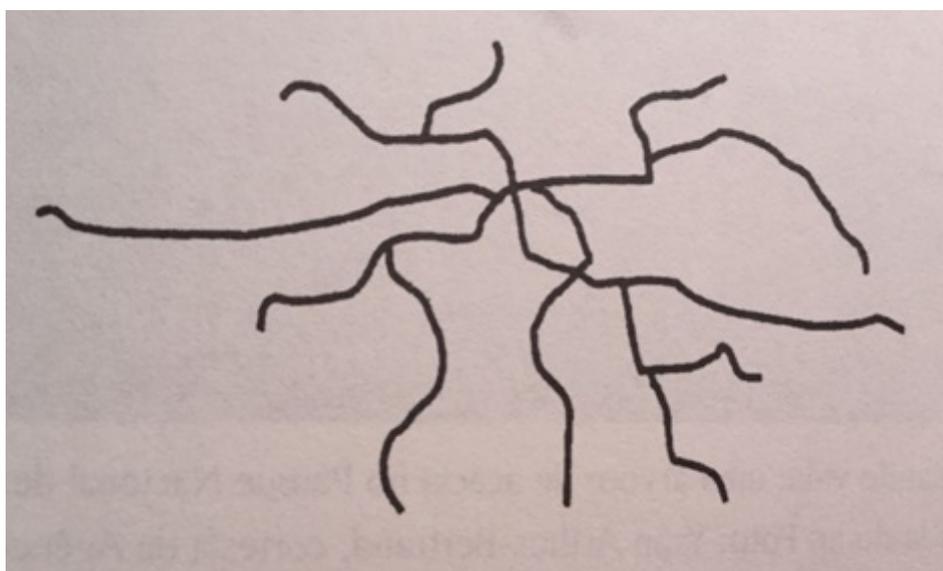


Fonte: Ingold, 2015.

Ao contrário do círculo, a linha não indica interior e exterior, ou algum limite entre o que seria o organismo e o ambiente. A linha está em movimento ou crescimento, funcionando como um rio por entre as margens ou a raiz de uma planta: não começa aqui e nem termina lá. “Trata-se, não de um campo de pontos interconectados, mas de linhas entrelaçadas; não de uma rede, mas de uma malha” (INGOLD, p. 118).

As coisas são, para Ingold, suas relações. Dessa forma, representar este organismo apenas com uma linha seria insuficiente, tendo em vista que as vidas dos organismos complexos não possuem uma, mas várias trilhas, saídas de uma fonte. A representação, portanto, ficaria mais completa se desenhada assim:

Imagem 6: Organismo em relação



Fonte: Ingold, 2015.

Mas, pergunta-se, o que houve com o ambiente? “O que temos estado acostumados a chamar de “ambiente” pode, então, ser melhor vislumbrado como um domínio de emaranhamento. É dentro desse emaranhado de trilhas entrelaçadas, continuamente se emaranhando aqui e se desemaranhando ali, que os seres crescem ou “emanam” ao longo das linhas das suas relações” (INGOLD, p. 120). A imagem que escolhe, afinal, é a de uma árvore de acácia fotografada do ar, onde vê a vida irradiando, onde o mundo possui textura.

Os desenhos sobre a relação seres e ambiente são pontos de partida didáticos para a análise que segue. Com a narrativa etnográfica, pretendo demonstrar que o emaranhamento é evidente em todas as atividades do mundo da vida cotidiana e estes corpos-em-relação são a principal forma de aprendizado das técnicas que caracterizam o campesinato agroextrativista.

A pesca de camarão (*Macrobrachium amazonicum*) é uma atividade produtiva nomeada pelos habitantes de São Joaquim como bater matapi. Os matapis são, como se pode ver na imagem abaixo, armadilhas cilíndricas de madeira que são atracadas a troncos de árvores dentro dos rios e igarapés das regiões próximas à localidade.

Imagem 7: Ambiente texturizado



Fonte: Ingold, 2015.

Imagem 8: Matapi



Fonte: Trabalho de campo

Nas duas extremidades laterais, os pedaços de madeira formam funis. Com uma isca amarrada dentro da estrutura, os camarões entram pelas laterais para comê-las e não conseguem sair. Os interlocutores D. e L. explicam que os camarões desovam o tempo todo, mas o melhor período para bater matapi é entre fevereiro e setembro. Eles costumam aparecer mais no inverno amazônico porque “vêm de subida”, isto é, têm um período de desova associado com a cheia das águas. A semana santa é tradicionalmente uma época

farta desses crustáceos, no entanto, “esse ano ele só apareceu quando a água abaixou”, a partir do início do mês de maio.

D. possui cerca de 70 armadilhas, que rendem 15 frascos de camarão por dia em épocas boas. Feitas de fibra vegetal, os instrumentos do pescador são confeccionados por outro morador de uma localidade vizinha. D. domina o processo de construção, manutenção e conserto dos matapis mas prefere já comprar pronto, pois “dá muito trabalho fazer”. Os camarões capturados são vendidos na feira municipal ou diretamente para os clientes, de Mocajuba ou localidades nas ilhas.

Com o pó de babaçu misturado à água quente, montamos as iscas em pequenos sacos plásticos (embalagens reaproveitadas de arroz, feijão, trigo) com alguns furos, o que deixa o odor mais forte para os bichos. A opção pela mistura da farinha de babaçu com água tem a ver com o rendimento. “1 quilo de farelo dá dois [quilos quando misturado à água]”. “Esse aqui rende mais pra gente”, confirma D. Outra opção de isca são as casas de cupins, porque “o camarão come de tudo” segundo ele. Pergunto a ele como aprendeu essas coisas:

- Com meu pai e minha mãe.

- E como eles aprenderam?

- Com os pais deles. Isso vem de geração.

Logo após um breve descanso do almoço, pergunto se posso acompanhá-los na batida de hoje e eles permitem. Vamos eu, D. e seu filho F. de 12 anos em uma rabeta, que, como já mencionado, é uma canoa motorizada. Pelo seu tamanho, ela não é capaz de percorrer furos e igarapés estreitos, então por isso amarramos nela dois cascos, canoas sem motor e de menor porte, conduzidas a remo. Interessante que os dois cascos são emprestados, um pertence ao vizinho da família e outro do sogro de D. Esta colaboração e divisão de instrumentos de trabalho, mão de obra e outros recursos entre familiares e vizinhos também foi observada em atividades como o extrativismo do cacau, o preparo de refeições e a pesca de peixes.

Passar da rabeta para o casquinho, isto é, de uma superfície em movimento para outra, é um desafio pessoal, dado o histórico já citado. Os cascos são menores e bem mais instáveis, qualquer movimento brusco para a direita ou esquerda faz com que entre muita água no barquinho e aumenta o risco de virar. Por isso D me instrui a colocar uma perna de cada vez, de forma mais lenta e calma que a técnica empregada para subir nas rabetas, onde se deve embarcar rapidamente.

A mim e a F. foi designada a função de revistar as armadilhas do dia anterior e colocar no paneiro (cesto de fibra vegetal) os camarões capturados. Os matapis têm uma textura escorregadia e enlameada. Não são pesados, mas, uma vez fora da água, é preciso sacudi-los repetidas vezes para que os camarões caiam no paneiro por meio de uma pequena abertura, como ilustrado nesta foto.

Imagem 10: camarões no paneiro



Fonte: Trabalho de campo.

F, embora ainda criança, não precisa perguntar ao pai nenhuma orientação técnica, por conta própria consegue remar e achar o caminho entre as tantas curvas do estreito igarapé em que estamos. Se encolhe para desviar de troncos de árvores, sabe como jogar de volta ao rio os caranguejos e baiacus que entram nos matapis e consegue alternar entre força e “jeito” ao usar o remo. Pai e filho executam a ronda entre assobios e olhares atentos aos troncos de árvores no estreito caminho. Vez ou outra olham para cima, procurando frutos nos açazeiros, que ainda não estão maduros o suficiente para a safra.

Ouvir, ver e tocar me parecem ser funções mais necessárias que o falar. Quanto aos corpos, posturas eretas, firmeza nas pernas para equilibrar a os cascos e força nos braços para remar e desviar dos obstáculos naturais são o que observo e tento reproduzir. A falta de costume com essa postura causa dormência nas pernas e um incômodo na coluna.

Os camarões são acinzentados e chamados de camarão de água doce e classificados como miúdos (pequenos) e graúdos (grandes); desta vez capturamos muitos miúdos, apenas um ou outro graúdo apareceu. Voltamos para a casa dos interlocutores e continuamos o processo de preparo para tornar o animal uma refeição. O segredo do seu sabor é mantê-los em casa no paneiro por algumas horas e fritá-los com óleo e sal, o que faz com que adquiram uma cor alaranjada. Seu frescor torna o seu gosto quase adocicado, suave em comparação ao camarão rosa com o qual estou familiarizada. Comemos com as mãos, descascando-os, com intervalos para tomar o tradicional açai.

Aprender com o corpo

Um aspecto da narrativa que enfatizo aqui é a resposta de D. sobre o modo como aprendeu a bater matapi. Ele citou os pais e ressaltou a característica intergeracional do processo.

Da mesma forma como seus avós ensinaram aos seus pais, eles o ensinaram e agora seu filho também já compreende o que é necessário para essa atividade. Mas tal repasse de saberes ocorre de que forma, na prática? Vejamos algumas situações vivenciadas com outros interlocutores a fim de produzir algumas respostas:

Enquanto consertava rasgos em uma rede de pesca, o pescador P. me conta que existem diversos tipos de malhas costuradas à mão, que variam de acordo com a distância entre os nós e o tipo de linha utilizada, como o nylon, por exemplo. Uma malha do tipo 7, que ele costurava naquele momento, é perigosa para botos e outros animais muito grandes que vivem nos rios da região, porque ela é feita para pegar peixes maiores. Costurar a rede exige paciência, dedicação de tempo e muita atenção à precisão dos nós. Perguntei a P. como ele aprendeu esta técnica e sua resposta foi: “vendo. Eu aprendi vendo outras pessoas fazer”.

Na casa ao lado, em uma visita que fiz a A.S. apenas para ouvir suas histórias sobre seres encantados que poderiam viver por lá, o agricultor narra coisas que via nas madrugadas e, como que entre parênteses, mencionou uma armadilha que utilizava nos tempos em que caçava, chamada mundé. Semelhante ao que ele descreveu como uma forquilha, o mundé também é conhecido como quebra-cabeça, pois consiste basicamente em montar um mecanismo com paus de madeira que caem em cima da cabeça dos animais quando eles passam pelo local onde a armadilha foi montada. Esta técnica também aprendeu observando outras pessoas fazendo e a utilizou por muito tempo nas madrugadas de caça, antes de sua visita começar a falhar e já não ter mais condições físicas de exercer esta atividade como outrora.

Em uma das residências mais próximas ao rio Tocantins e localizada no início dos furos que levam à São Joaquim, dona M.C. explica como beneficia as frutas de seu terreno a fim de transformá-las em produtos. O cacau oferece muitas possibilidades: vender as sementes secas, capilé (espécie de suco mais grosso), suco/vinho; doce; chocolate quente para tomar com tapioca; pão de chocolate; polpa e sabão. Boa parte dos produtos são vendidos na feira de Mocajuba e compõem o orçamento da família, conforme a disponibilidade de cacau em cada época do ano. Quando perguntei de que modo ela aprendeu a fazer estes itens, sua resposta foi a mesma de outros entrevistados: observando outras pessoas, como sua mãe.

Aprender por meio da observação e em seguida tentar reproduzir o que foi visto é um processo que ocorre com intensidade durante a infância e adolescência. O exemplo de F., que aos 12 anos bate matapi sem precisar perguntar ao pai nenhuma orientação é uma evidência disto. As crianças das ilhas são dotadas de grande autonomia, concedida de forma natural pelos familiares, o que viabiliza que elas nadem e subam sozinhas em barcos antes mesmo de aprenderem a ler, abaixo dos 4 anos. Conforme vão crescendo, conseguem equilibrar o corpo de modo a desenvolver a postura ereta e a força necessárias para remar cascos pequenos, percorrendo curtas distâncias. Também adquirem o domínio corporal para subir nos açazeiros, jameiros e outras árvores para colher frutos e manuseiam facões, tesouras e outros objetos cortantes para limpar escamas de peixes. Por volta dos 10 a 13 anos, costumam ser autorizados a operar as rabetas motorizadas, colocando gasolina no motor, ligando-o e direcionando os barcos em distâncias maiores.

Cabe ressaltar que, embora tenham certa independência para realizar as atividades citadas, as crianças não vivem em um cotidiano separado dos adultos. Distantes fisicamente dos pais apenas enquanto vão à escola, acompanham os familiares em vários outros momentos da rotina: idas à igreja, travessias de barco, brincadeiras, momentos de descanso ao longo do dia e festas.

Este sistema de aprendizado descrito parcialmente, relatado pelos mais velhos e repassado aos mais novos de acordo com suas potencialidades ao longo da infância e adolescência, não prescinde de muitos dispositivos de mediação, como livros, informações advindas de noticiários, filmes, vídeos tutoriais nas mídias digitais, revistas ou jornais impressos. Embora os sinais de celular e internet sejam instáveis nas ilhas, esses dispositivos de mediação fazem parte do mundo da vida cotidiana, principalmente como provedores de entretenimento e fontes de notícias sobre o mundo, mas não são eles os elementos centrais no processo de aprendizagem de técnicas e sim o corpo. Ressalto que o corpo, aqui, não é observado como uma oposição à mente ou a processos racionais, pelo contrário, como “pessoa inteira, corpo e mente indissolúveis, num ambiente ricamente estruturado” (INGOLD, 2008, p.1).

É comum que as pessoas utilizem o rádio e os DVDs piratas para ouvir músicas em alto volume e acompanhar celebrações religiosas, a TV para assistir novelas, filmes e jornais e as redes sociais, quando possível, para enviar e receber fotos e vídeos de acontecimentos do dia-a-dia da comunidade. No entanto, o papel destes dispositivos mediadores é secundário para os processos de apreensão das práticas que constituem emaranhado do mundo da vida camponês. Os registros materiais, como as fotos e vídeos que circulam por mensagens nas redes sociais apesar das limitações de conexão, têm sido cada vez mais importantes para as pessoas, mas a falta destas e outras materialidades ao longo do tempo não impediu o desenvolvimento de práticas de transformação de si e do ambiente, porque elas são compartilhadas por meio do corpo-a-corpo, em um ciclo de observação, repetição e aprimoramento contínuo, ressignificado conforme outras gerações continuam este processo.

Pink (2009) sugere que “os acadêmicos interessados nos sentidos geralmente concordam que a transmissão de conhecimento deve ser vista como processos sociais, participativos e encorporados ” (p. 14) e acrescenta a forma como Ingold descreve os processos de aprendizado (2009, p. 14):

Como base do seu entendimento sobre a transmissão de conhecimento, Ingold argumenta por uma abordagem ecológica do que ele chama de habilidade. Para Ingold, a habilidade é uma propriedade não do corpo humano individualmente, mas do campo total de relações constituídas pela presença da pessoa-inteira, com mente e corpo indissolúveis, em um ambiente ricamente estruturado. Ele sugere que a skilled practice não pode ser reduzida a uma fórmula e que, portanto, as habilidades não podem ser passadas intergeracionalmente pela transmissão da fórmula”

Ao contrário disso, o que o autor afirma é que uma geração propicia à outra contextos com oportunidades selecionadas de percepção e ação, nos quais as pessoas desenvolvem um engajamento atento com o mundo. Por meio do engajamento ativo em um mundo texturizado, cheio de vida, no qual se entrecruzam processos biogeoquímicos, sociais e culturais, as trajetórias de vidas camponesas mocajubenses vão evidenciando como a relação destes povos no mundo rural amazônico se distingue das relações patronais. É por isso que falamos em uma não separação entre esferas produtivas e reprodutivas, naturais e culturais: tudo está costurado em um emaranhado de vidas humanas e não humanas.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa ainda está em andamento e, por tratar de um cotidiano no qual tudo está vivo, mudando, costurando e desfazendo nós, a surpresa é um elemento com o qual é preciso se acostumar. Foi de surpresa que o tema do corpo apareceu como um assunto possível para a escavação de sentidos sobre o cotidiano nas ilhas de Mocajuba, quando ainda na primeira viagem a campo me dei conta da necessidade de equilíbrio, força, senso de ritmo e certas posturas.

A etnografia sensorial e seus pressupostos autorreflexivos e autoconscientes provoca a pensar em estratégias de aproximação com as práticas do cotidiano, sem protocolos rigorosos e apriorísticos. Em campo, faço o exercício fenomenológico de afastamento temporário das certezas e peço permissão para participar e executar as tarefas que os interlocutores praticam. Tem sido um método satisfatório para começar a compreender como corpo e ambiente estão em relação e de quais formas isso ganha expressão e pode ser vivido, descrito e interpretado.

E quando falamos em corpo, nos opomos à concepção de que ele seria um outro polo da mente, ou algo associado às concepções dualísticas a respeito do mundo, tão presentes nas ciências ocidentais modernas. Falamos em um corpo camponês que está em movimento, transformando e capaz de transformar, habitar e criar o meio. Enxergar esta relação pela categoria do emaranhamento, que traz à tona uma forma mais holística de percepção, implica em suspender nesta análise separações cartesianas entre produção e reprodução, natureza e cultura, corpo e mente.

Há uma necessidade nas pesquisas sobre povos que vivem na Amazônia de falar a seu respeito a partir do lugar da experiência social, rompendo na medida do possível com os apriorismos, pois dificilmente as concepções prévias escapam de uma lógica colonizadora, que é violenta.

Observamos que parte da explicação sobre as razões pelas quais a interação do campesinato da trajetória agroflorestal (T2) com o ambiente é notadamente virtuoso pode ser atribuída ao fato de que as técnicas necessárias para as atividades deste mundo da vida são ensinadas e aprendidas por meio dos corpos. E como a relação entre corpo e ambiente tem se evidenciado como indissociável, os exemplos não se restringem apenas às experiências descritas aqui, como a pesca do camarão.

No entanto, a experiência de preparar iscas, navegar por igarapés, bater matapi, observar silenciosamente o ambiente e prestar atenção às posturas e técnicas para realizar a atividade com êxito é o exemplo que compartilhamos para falar sobre o mundo da vida de pessoas para quem a natureza não é apenas uma fonte de recursos, ou pior, um obstáculo ao desenvolvimento e à acumulação de recursos. Há que se continuar aprendendo com e sobre esse mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, I. C. de. O PAPEL DA PESCA NA EFICIÊNCIA REPRODUTIVA DOS RIBEIRINHOS DO BAIXO TOCANTINS: O caso do município de Mocajuba – PA. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

ÂNGELO-MENEZES, M. N. O sistema agrário do Vale do Tocantins colonial: agricultura para consumo e para exportação. *Proj. História*. São Paulo, n.18, p.237-259, mai, 1999.

BASTOS, A. P.; ALMEIDA, O; CASTRO, E. R.; MARÍN, R.; PIMENTEL, M.; RIVERO, S.; SILVA, I.; TORRES, I.; B, F. J. Economia e sociedade na região do Tocantins, Pará. *Papers do NAEA*. Belém, n. 259, p.1-32, 2010.

CASTRO, E. R.; CAMPOS, I. Formação Socioeconômica da Amazônia. In: CASTRO, E. R.; CAMPOS, I. (Orgs.) *Formação Socioeconômica da Amazônia*. Belém: NAEA, 2015.

COSTA, F. A. *Elementos para uma economia política da Amazônia*. 2. ed. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, F. A.; FERNANDES, D. Dinâmica Agrária, Instituições e Governança Territorial para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. *Revista de Economia Contemporânea (Impresso)*, v. 20, p. 517-552, 2016.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GROSZ, E. Corpos reconfigurados. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 14, p.45-86, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Site IBGE Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/mocajuba/panorama>. Acesso: 27 jan 2019.

INGOLD, T. Pare, olhe, escute! Um prefácio. *Revista Ponto Urbe*. São Paulo, n.3, p. 1-4, 2008

INGOLD, T. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARTÍNEZ, M. T.. Proyectos corporales. Errores subversivos: hacia una performatividad decolonial del silencio. *Revista Nomadas*. Bogotá, n. 26, p. 154-165, 2007.

NOGUEIRA, K. *Camponeses e Território em Mocajuba: uma análise econômico-espacial das trajetórias tecnológicas*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

PEREIRA, E. A.. Faces da cidade ribeirinha de Mocajuba: paisagem e imaginário geográfico amazônico. In: TRINDADE JUNIOR., S. C.; TAVARES, M. G. C. (Orgs). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 73-92.

PINK, S. *Doing sensory ethnography*. Londres: Sarge, 2009.

RIBEIRO, T. *Diálogos com a metrópole: um estudo antropológico sobre moradores da ilha do Maracujá em relação de proximidade com Belém (PA)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SILVA, H. *Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Economia), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SCHUTZ, A. *Fenomenologia e Relações Sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

VIVEIROS DE CASTRO, E. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. In: Pacheco de Oliveira Filho, J. (Org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; Marco Zero, 1987, p.31-39.